



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
Latin American Council of Social Sciences



María Rosa Palazón Mayoral*

A filosofia da práxis segundo Adolfo Sánchez Vázquez**

* Doutora em Filosofia e licenciada em Letras Hispânicas pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Professora e pesquisadora da Faculdade de Filosofia e Letras da mencionada unidade acadêmica.

** Tradução de Simone Rezende da Silva.

Adolfo Sánchez Vázquez é um filósofo prolífico que refinou suas argumentações ao longo de muitos anos. Fiel a sua convicção libertária, elevou constantemente sua voz de protesto porque, disse: "o importante é como se está na terra". Em 1961, apresentou como tese de doutorado, a qual considera sua obra maior, *Filosofia da práxis.* Desde então, uma de suas ambições tem sido que se supere "o dogmatismo e a esclerose que durante longos anos havia suavizado o viés crítico e revolucionário do marxismo" (1985: 11). Editou a *Filosofia da práxis* em 1967; depois de numerosas reimpressões, tal "fio crítico" o obrigou a eliminar na reedição (1980) colocações que já não compartilhava sobre a essência e a alienação humanas para adentrar nas propostas filosóficas e econômicas do jovem Marx. E este processo de revisão não termina até a última edição em 2003, na qual refaz e precisa a absolutização do proletariado como a classe majoritária que dominará a terra e protagonizará a derrota do capitalismo, assim como sua ojeriza pela palavra "utopia", herdada dos ataques que este mesmo filósofo alemão escreveu contra os chamados socialistas utópicos, e, por último, deixa para trás sua antiga paixão concordante com as reminiscências positivistas do Marx aficionado com a palavra "ciência" (e seu método nomológico-dedutivo, ou segundo quantitativas leis probabilísticas), que ao longo dos séculos XIX e parte do XX concebeu-se como a *possuidora* da Verdade absoluta, no lugar da religião. Tampouco Sánchez Vázquez acreditava que a história universal transcorra linearmente pelas mesmas fases ou estados, mas sim que as marchas históricas são complexas e, em boa parte, únicas.

Como se isso não fosse pouco, o divisor de águas da invasão de Tchecoslováquia pelo Pacto de Varsóvia, aparelhado com os movimentos estudantis democratizadores, que em 1968 repudiaram o marxismo-leninista dogmático, lhe ensinaram a duvidar, a criticar (Sánchez Vázquez, 2003: 38) e se auto-criticar como demonstra em *Ciência e revolução (o marxismo de Althusser*), *Filosofia e economia no jovem Marx (os Manuscritos de 1844)* e em sua *Ética*.

Esse filósofo hispano-mexicano chegou à conclusão de que o pensamento de Marx mais vigente é estruturalista, ou melhor, sistêmico: "uma concepção estruturalista da história" (Sánchez Vázquez, 1985: 24) que contempla as realidades sociais como totalidades ou conjuntos estruturados de maneira tal, que se uma parte é alterada, altera-se o todo. Logo, é necessário estudar os vínculos do todo com suas partes, e vice-versa. Em cada conjunto estruturado existem normas hierarquicamente determinantes (que os estruturalistas e Marx chamavam "sistema"), ainda que tais normas sejam heterogêneas e até incoerentes, razão pela qual, graças a sua posta em prática, nenhuma sociedade permanece estável. No entanto, estas contradições do código são seus modos normais de operar: não operam como uma máquina coordenada com perfeição, senão que a ordem prevalecente sofre alterações substanciais (em um tempo histórico longo ou curto). Logo, não basta analisar nossas organizações sociais mediante cortes sincrônicos absortos na realização de um código, mas sim preocupar-se em entender como se rompe sua relativa estabilidade, e quis são a gêneses e os processos evolutivos de uma nova ordem sob outras normas, isto é, entender a história ou, se assim se prefere, a diacronia. As normas, uma abstração explicativa, não se mudam elas mesmas (não são seres vivos); suas mudanças devem-se aos comportamentos de pessoas que puderam marcá-las (ainda que agora desconheçamos seu nome). Ao estudar cada sociedade, hierarquizam-se os fatores determinantes dos processos históricos e os indivíduos ou agentes da mudança (com freqüência as autoridades políticas máximas não são as mais influentes). Portanto, enfocar sincronicamente o código como se carecesse de alterações profundas é uma hipóstase. Tampouco o caráter histórico da realidade em questão é isolável de sua origem e desenvolvimento.

Alguns trabalhos não se interessam pelos aspectos diacrônicos: "A prioridade do estudo das estruturas sobre sua gênese e evolução é inegável quando a investigação se propõe fazer a teoria de um sistema ou todo estruturado" (Sánchez Vázquez, 1985: 29).

Porém, qualquer teoria completa requer observar o factual: é mister que repare na unicidade histórica concreta. O marxismo, uma filosofia para a mudança, tem que se alijar de abstrações ontologizantes que nada explicam da vida e das vivências que têm ocorrido ou podem ocorrer em um espaço-tempo, e saber que cada fenômeno histórico tem um caráter singular, irrepetível. Por exemplo, se os Estados são instrumentos das classes dominantes, devemos dizer que no capitalismo têm existido os bonapartistas, cuja tendência é mediar entre as classes que existem sob sua jurisdição. No caso de nossa América, sempre com uma vocação antiimperialista, temos a: Lázaro Cárdenas no México; Arbenz na Guatemala; o primeiro Cheddi Jagam na Guiana; Torrijos no Panamá, Goulart no Brasil. O marxismo nutre-se com a história para enriquecer as teorias que perduram e descartar aquelas que não estão na ordem do dia.

Sánchez Vázquez sustenta sua perspectiva da práxis como categoria central do marxismo: "continuamos pensando que o marxismo é antes de tudo e originariamente uma filosofia da práxis, não só porque brinda a reflexão filosófica com um novo objeto, mas sim especialmente por 'quando do que se trata é de transformar o mundo' forma parte como teoria, do processo de transformação do real" (Sánchez Vázquez, 1980: 12), processo interminável. Em suma, para nosso filósofo, nascido em Algeciras, Espanha, e nacionalizado mexicano, o marxismo é uma nova práxis da filosofia e uma filosofia da práxis.

O livro que nos interessa consta de duas partes. Uma, as fontes filosóficas fundamentais para o estudo da práxis, subdividida em quatro capítulos sobre a concepção da práxis em: Hegel, Feuerbach, Marx e Lênin. A segunda consta de sete capítulos acerca de problemas entorno da práxis: que é; sua unidade com a teoria; a práxis criadora e a reiterativa; a espontânea e a reflexiva e sua mescla para alcançar êxito. Costuma ocorrer que a práxis revolucionária espontânea tem uma baixa ou ínfima consciência do que socialmente quer e deve ser, ou é tão reiterativa que pode derrocar-se com relativa facilidade. A práxis é crítica da realidade, e autocrítica, porque não existem privilegiados juizes do conhecimento, e a crítica trabalha em conjunção com o comportamento preventivo cheio de valores e consciência de classe.

Analogias da práxis com a atividade prática

Em primeira instância, o conceito de práxis é, conforme afirma Sánchez Vázquez, uma atividade prática que faz e refaz coisas, isto é, transmuta uma matéria ou uma situação. Segundo suas etimologias gregas, explícitas em Aristóteles, práxis no fenômeno que se esgota em si mesmo; se engendra uma obra, é *poiesis*, ou criação. Tal distinção é abandonada por nosso autor, porque o uso de *poiesis* restringiu-se ao artístico, enquanto que no termo "práxis" cabem todos os campos ou áreas culturais e as obras, porque é "o ato ou conjunto de atos em virtude dos quais o sujeito ativo (agente) modifica uma matéria prima dada" (Sánchez Vázquez, 1980: 245). Seu significado não se restringe, pois, nem ao material e nem ao espiritual, e unicamente entranha um trabalho criador.

A prática humana revela funções mentais de síntese e previsão, afirma Marx em sua primeira *Tese sobre Feuerbach*: como atividade previsível, ostenta um caráter teleológico ou finalista: a atividade prática adequa-se a metas, as quais presidem as modalidades de atuação (os atos desta índole iniciam-se com uma finalidade ideal e terminam com um resultado). O dado na práxis é o ato mais ou menos cognoscitivo e, sem dúvida teleológico. O agente modifica suas ações para alcançar o trânsito cabal entre o subjetivo ou teórico, e o objetivo ou atividade: seu obrar revela que a realização atualiza o pensamento, ou potencial-concreto-pensado. Contudo, o qualificativo de atividade prática não especifica o tipo de agente (um fenômeno físico ou biológico, um animal ou um humano) nem a matéria (um corpo físico, um instrumento ou uma instituição, por exemplo), somente se opõe a passividade e sublinha que deve ter efeitos, fazer-se atual. Como atividade científica experimental, os objetivos da práxis são basicamente teóricos. Desta forma, Sánchez Vázquez destaca a práxis política, por sua vez ativa e passiva ou receptora, que se realiza a partir do Estado ou a partir dos partidos políticos. E destaca a práxis social: os sujeitos agrupados aspiram mudar as relações econômicas, políticas e sociais (a história é realizada por indivíduos cujas forças unidas em um povo são capazes de revolucionar um sistema. Marx identificou o proletariado como tal força motriz no capitalismo).

Para compreender o resultado da prática é necessário desentranhar sua verdade e utilidade. Tal apreensão não se reduz ao meramente intuitivo, e sim é necessário penetrar na história. A humanidade em seus atos e produtos vai deixando pegadas, que revelam a historicidade de seus pensamentos e desejos, de suas necessidades, de suas ambições e ideais que têm humanizado o entorno e vão humanizando as pessoas: a

consciência não só se projeta em sua obra, mas também se sabe projetada além de suas próprias expectativas. A práxis é, pois, subjetiva e coletiva; revela conhecimentos teóricos e práticos (supera unilateridades). Além do mais, e isto é básico, o trabalho de cada ser humano entra nas relações de produção relativas a um âmbito sócio-histórico.

A mão e a criatividade

Quando nossos ancestrais puseram-se em pé, liberaram as mãos, que de alguma maneira formam-se e deformam-se graças à inteligência. Em trabalhos como os artesanais, persiste a simbiose de mão e consciência, que se divorciam, na produção em bando. A grandeza das mãos foi menosprezada desde a perspectiva soberba das classes dominantes, quando esqueceram que as mãos vencem a resistência de um material, tocam, exploram, escrevem, expressam com desenhos ou sons, criam objetos e são o início dos instrumentos e das tecnologias e máquinas mais sofisticadas.

Na sociedade grega, rigorosamente dividida em classes, as “manualidades” foram colocadas em um nível inferior à teoria. Consequentemente dividiu-se o trabalho em: livre, próprio de senhores detentores do ócio que supostamente lhes permite meditar e enriquecer sua alma, e no próprio de *banausus*¸ os encarregados de trabalhar com suas mãos para satisfazer as necessidades imediatas. Os escravos, quase sempre estrangeiros ou “bárbaros”, e os ofícios manuais foram degradados, justificando-se deste modo a exploração reinante. Sofistas e cínicos como Antístenes e Pródico, lê-se nos escritos de Diógenes Laercio e no *Carmínedes* (163 a.C.), atacaram a divisão da humanidade em bárbaros ou sub-humanos escravizados e em pensantes, e denunciaram o desprezo dos atenienses (não dos jônicos) pelas artes “mecânicas”. No Renascimento, a espécie humana foi definida como ativa. Porém, as antigas crenças persistiram: Leonardo lutou para elevar a pintura, manual por excelência, a ciência para assim liberá-la de infâmias. Giordano Bruno, sustenta Sánchez Vázquez, condenou o ócio, ainda que tenha acrescentado que o trabalho reduz o número de sábios que, por definição, são contemplativos. Este giro que engrandece as “manualidades” não pode liberá-las, pois, de sua colocação em um plano inferior.

Maquiavel destampou o que se mantinha encoberto e se agravou com a Revolução Industrial: a celebração da técnica acompanhadas do forte desprezo pelo trabalhador manual deve-se a razões político-econômicas: não só se paga o trabalhador

salários míseros, mas também na política (que não tem sido esfera da moralidade e sim dos interesses de uma expansiva burguesia que unifica os mercados violentamente) aglutina-se em um centralizado e dominante estado que serve às ambições das classes dominantes.

Em outra ordem de coisas, Francis Bacon, Descartes, enciclopedistas e os clássicos economistas ingleses foram admitindo a importância da energia que, mediante o intelecto que cria a ciência e a técnica, facilitam que a humanidade domine, possua, utilize e maltrate nosso acolhedor lar natural que nos alimenta e protege. Rousseau, antes que Marx, esclareceu que esta visão utilitária foi positiva e também muito negativa: as práticas dominantes lentamente têm degradado o ambiente e até o potencial criativo da mão humana. Ao capitalista em nada importa a ameaça da vida na terra, e, pelo mesmo, incrementa as calamidades que tem desatado.

Da mesma forma, se Adam Smith e David Ricardo descobriram que o trabalho é a fonte da riqueza e do valor, por que, pergunta-se Marx, não levaram até suas últimas conseqüências classistas este achado (sua adoração da "racional" oferta e demanda lhes impediu descobrir a mais valia que faz crescer paulatinamente a situação mais desvantajosa dos trabalhadores comparados com os donos do capital); fecharam os olhos ante a alienação do assalariado, que desde a industrialização não se reconhece em seus produtos, seu salário é tratado como uma mercadoria e até lhe resulta estranha a idéia de que pertence a uma espécie com um grande potencial criativo. Hegel sim contemplou tais injustiças; reconheceu que a prática sócio-política e o trabalho são atividades alienadas. Não obstante, a mistificação idealista deste filósofo avaliou que os mais eram indispensáveis para o progresso histórico do Espírito. Assegurou que a "astúcia da razão", em seu caminho invariável para o "progresso", aproveita-se das tendências destrutivas e dominantes dos indivíduos. Feuerbach encarou esta cosmovisão religiosa: em lugar do Absoluto como sujeito por excelência da práxis, colocou o sujeito humano real, dando-lhe um conteúdo efetivo, terreno: a atividade cria o objeto, e o objeto tem o poder de sinalizar muitos aspectos de seu produtor. Sua antropologia é incompatível com a teologia e a religião. Entretanto, Feuerbach deixa em pé o pior lado de nossa espécie egoísta e traiçoeira: perfila a práxis "em sua forma suja e sórdida de manifestar-se" (Sánchez Vázquez, 1985: 109), mais utilitária que útil, evaporando-a como prática comunitária. Assim também, Feuerbach subtraiu importância do sujeito

até convertê-lo em predicado dos objetos ou produtos sociais que o determinam: divinizou a humanidade, desarraigando os indivíduos do mundo (não jogam nenhum papel determinante, sempre são determinados) o toma lá dá cá histórico que destrói a realidade anterior para por em cena outra nova, no capitalismo tornou-se mecânico e "sórdido" (Sánchez Vázquez, 2003: 74). As forças de trabalho são postas sob a bota de relações orientadas somente a incrementar a produção, a otimizar os "tempos e movimentos"; tornaram-se especializadas, parciais, unilaterais, reiterativas e mecanizadas porque a economia prevalecente impede a participação direta da pessoa no processo produtivo. Sem dúvida que se chegou ao "idiotismo profissional", em qualificativo de Marx. Porém, esta oposição entre objeto produzido e sujeito produtor não significa que este tenha perdido suas capacidades inventivas: não sempre se comporta como um passivo e obediente autômato, mas sim deixa sair sua criatividade em outros momentos; o reino da liberdade crítica-prática e transformadora começa onde termina o reino da necessidade, afirma Karl Marx, isto é, criando responde-se adversamente a um trabalho que paulatinamente vai sendo mais anticomunitário e competitivo (tive em mente as autênticas e não a as falsas necessidades, induzidas por um mercado que nunca se limita nem mesmo frente às evidências do tremendo ecocídio que se realizou a partir da industrialização, agrega Sánchez Vázquez). Sempre fica a esperança da práxis ou rebelião criativa que racionalize ou mude radicalmente as relações produtivas e a repartição não eqüitativa da riqueza, enquanto que, paralelamente, rompa com os encadeamentos e as opressões alienantes para instaurar a justiça distributiva e retributiva.

Marx ressaltou a visão da humanidade como ativa e criadora, o qual leva com que a prática seja a base e fundamento dos conhecimentos que incidem na produção, e, portanto, alteram a sociedade, a história e a natureza dos indivíduos. Sua celebração da classe trabalhadora, da atividade prática e das "manualidades" marcaram um giro radical. As propostas marxianas sobre a práxis não somente se nutriram com os pensamentos de Hegel, Feuerbach, Smith e Ricardo, mas também desataram uma cadeia episódica de argumentos que vão desde os de Bujarin, Lukács, Korsch, Fogarasi, Gramsci, Althusser, Adam Schaff, Karel Kosík e Lefebvre, até chegar ao Grupo iugoslavo da "Práxis", encabeçado por Petrovic. Sánchez Vázquez filia-se a Gramsci,

Schaff (não em sua tese do trabalho como algo meramente utilitário), Kosík e ao grupo "Práxis".

A práxis é mais que prática, ou sua unidade com a teoria

É mais, porque há práticas habituais, com um conhecimento limitado a certo *know-how*. A práxis tenta adequar os efeitos aos ideais antecipatórios, partindo do pressuposto de que a realidade nunca duplica o modelo pensado; além disso, a prática é subjetiva, coletiva ou de classe: constitui-se de "uma espécie de corte transversal" (Sánchez Vázquez, 2003: 297). E como se isso fosse pouco, a história das ciências e das técnicas brotam de práticas de base, seja na física, na química, nas matemáticas ou na engenharia.

A prática amplia os horizontes teóricos (os descobrimentos das forças produtivas caem sob o controle do intelecto), sem que se reconheça sua origem. Não só aporta critérios de validade, mas também fundamentos e novos aspectos e soluções de um que fazer, e até meios ou instrumentos inovadores. É certo que existem diferenças específicas ou autonomia entre teoria e prática. Não são idênticas: não sempre a segunda torna-se teórica; tampouco a primazia da prática dissolve a teoria: às vezes a teoria adianta-se à prática, e existem teorias ainda não elaboradas como práticas. O que diz que a prática não obedece direta e imediatamente as exigências da teoria, mas sim suas próprias contradições, e que somente em última instância, depois de um desenvolvimento histórico, a teoria responde à práticas e é fonte destas.

Não obstante estas diferenças, a práxis é, definitivamente, teórico-prática. Isto é dois lados de uma moeda que se separam por abstração. Marx opõe-se ao idealismo que a isola da teoria, ou atividade perfilada pela consciência. Farto da filosofia que operava como meio ideológico de conservação de um *statu quo* nefasto, em *Anais Franco-Alemães*, introdução a sua *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, Marx naquela ocasião parte da esquerda hegeliana, disse que um partido revolucionário exerce a prática: sustentou que a crítica idealista da realidade, uma vez formulada, teria de suprimir-se porque o mundo muda sem a filosofia ou tal filosofia não passa pelo mundo. Logo, o arraigo do raciocínio filosófico no qual ocorre historicamente requer que se negue como argumentação pura, e, voltando o olhar para a realidade, aceite a influência

da práxis: só se possibilita sua aceitação como crítica radical enfocada a uma realidade injustamente opressiva.

De acordo com Sánchez Vázquez, as primeiras *Teses sobre Feuerbach* são as que perfilam sua noção emancipadora da práxis (Marx a aplica globalmente à produção, às artes, que satisfazem a expressão e o desejo de comunicar-se, e às revoluções). Sob a perspectiva marxiana, o mundo não muda somente pela prática: requer uma crítica teórica (que inclui fins e táticas) tampouco a teoria pura consegue fazê-lo. É indispensável a íntima conjugação de ambos fatores. Desta forma, são os fatos os que provam os alcances da teoria mesma. A prática é fundamento e limite do conhecimento empírico: direito e avesso "de um mesmo pano" (Sánchez Vázquez, 2003: 305). As limitações e fundamentos do conhecimento ocorrem, pois, em e pela prática, que marca seus objetos de estudo, seus fins, e ademais, é um dos critérios empíricos de verdade. A práxis opera como fundamento porque somente se conhece o mundo por meio de sua atividade transformadora: a verdade ou falsidade de um pensamento funda-se na esfera humana ativa. Logo, a práxis exclui: o materialismo ingênuo segundo o qual sujeito e objeto encontram-se em relação de exterioridade, e o idealismo que ignora os condicionamentos sociais da ação e reação para centrar-se no sujeito como ser isolado, autônomo e não-social.

A práxis e os fins

Se a práxis é a atividade prática adequada a fins –algo deseja mudar e algo conservar–, ostenta um caráter teleológico. Como a história não é explicável mediante a combinação de condições invariáveis (que mantém em equilíbrio ou desequilibram as sociedades), nem se desenvolve universalmente pelas mesmas fases, faz-se mister que a ação se sustente em teorias com uma orientação ou finalidade (que jamais deve alienar-se das necessidades primárias e imediatas, porque então operaria como especulação parasitária). Se se alcança um certo nível de êxito, os pressupostos teóricos não terão sido de todo falsos (não confundir a práxis com o sentido pragmático do êxito ou do fracasso dentro de umas e mesmas condições insociáveis ou anticomunitárias). O marxismo é distorcido quando se reduz a uma manifestação do pragmatismo, ou seja, o destinado a obter, sem importar os meios, algumas metas pessoais dentro de regras negativas.

A adequação relativa entre pensamento e fatos requer certo planejamento. Sánchez Vázquez afirma o último no entendimento de que em longo prazo, a ação coletiva chega a resultados imprevistos: a atribuição dos atos a alguns sujeitos quase nunca leva sua imputação moral pelos efeitos indesejados que produzam em longo prazo (ponto de vista da história factual). Mesmo assim, a ação coletiva e individual é intencional em um plano e não-intencional em outro. Finalmente, destaca Sánchez Vázquez, a ação intencional obtém efeitos intencionais mais ou menos em curto prazo (a tomada do poder obedece a uma estratégia intencional; porém episodicamente, ao longo de um tempo que se cruza com botas de sete léguas, obterá frutos não-intencionais) com o tempo, a atuação prática se enriquece ou deforma, mas sempre seus efeitos não são previsíveis.

Em sua acepção revolucionária, a práxis é uma prática que aspira melhorar radicalmente uma sociedade: tem um caráter futurista; trabalha a favor de um melhor porvir humano. A práxis revolucionária aspira uma ética, aspira viver bem com e para os outros em instituições justas. Isto supõe a mudança das circunstâncias sociais e do próprio ser humano. Os indivíduos são condicionados pela situação social em que se encontram. Este ser-estar em uma situação provoca suas reações mais ou menos revolucionárias ou, ao contrário, adaptadas a um *statu quo*. Se o comportamento histórico não é previsível, deve sim explicar por que e como arraigam os projetos coletivos.

O educador educado

A terceira *Tese sobre Feuerbach*, anota Sánchez Vázquez, observa que a vida descobre que quem joga inicialmente o papel de educador também necessita ser educado. Desde a Ilustração, Goethe e Herder, as utopias foram concebidas como uma vasta empresa educativa que dissipa prejuízos: o educador é o filósofo que assessora o déspota ilustrado, ou o eterno condutor das massas partidistas ou matéria passiva. Para Marx, ao contrário, os papéis mudam: são produtos de circunstâncias, e as circunstâncias mudam, e também são produto deles mesmos. Estes saltos sociais e a práxis ensinam que os papéis de mestre-discípulo variam (todos os agentes históricos são ativo-passivos, e a mudança de normas também muda o sujeito). Aceitar estas premissas é indispensável para a prática revolucionária, nascida da contradição entre as forças produtivas e as

relações de produção, nas quais as primeiras ocupam o lugar subordinado enquanto classe social. Se se desata a revolução comunista, se encarregará de abolir a organização classista mediante a supressão da propriedade privada dos meios de produção.

A teoria-prática desejável da revolução vai sinalizando os objetivos sociais e os participantes ativos que aspiram uma vida coletiva em instituições mais justas. A missão do resto que se crêem supostos líderes é "nada". Ou seja, que a criatividade social ou práxis "está impregnada de um profundo conteúdo moral" (Sánchez Vázquez, 2003: 469).

A criatividade criadora

Sánchez Vázquez divide a práxis em criadora e reiterativa, habitual ou imitadora. A criatividade tem graus até chegar ao produto novo e único. Ainda que a criação sempre pressuponha a práxis reiterativa, não basta repetir uma solução construtiva fora dos limites de sua validade. Cedo ou tarde devem ser encontradas outras soluções que geraram novas necessidades, as quais imporão novas exigências. A criatividade aproxima a práxis espontânea e a reflexiva. Os vínculos entre ambas não são imutáveis, porque a espontânea não carece de criatividade e a práxis reflexiva pode estar a serviço da reiterativa. Além disso, existem graus de consciência, os quais revelam o sujeito em sua prática e os implícitos no produto de sua atividade criadora.

A revolução e a filosofia da práxis

Chegamos à famosa décima primeira *Tese de Feuerbach*: "Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de distintos modos; do que se trata é de transformá-lo" (Sánchez Vázquez, 2003: 164), na qual o pensador marxista exilado no México localiza a certidão de nascimento da práxis. Contra a tradição que desprezou as práticas e a própria filosofia, agora esta não é um saber contemplativo que, por regra geral, aceita, justifica e aponta o *statu quo*, mas sim que o mundo além de ser interpretado pela filosofia, o é também de sua ação revolucionária. Não se trata de que, em si mesma, a filosofia modifique a realidade; e sim que ajude neste propósito.

Para destruir tantas falsas ilusões, o filósofo deve observar: as condições reais, históricas, os processos produtivos vigentes, a distribuição (que em certas épocas chamou "formas de intercâmbio") (Sánchez Vázquez, 2003: 168) e o consumo de bens

de primeira necessidade, assim como dos tipos de forças produtivas; observar os condicionamentos do Estado e as formas ideológicas prevalecentes, assim como as relações dialéticas ou sistêmicas. Marx entreviu o comunismo ("projétil lançado na cabeça da burguesia") (Sánchez Vázquez, 2003: 390), como solução aos antagonismos de classe: anulará e superará o estado de coisas que, levadas a seu extremo, sem ações contestatárias, terminariam com a humanidade: os 72 dias da Comuna de Paris continuam florescendo (em seu papel destinado a abolir as classes, os revolucionários não pertencem a uma classe específica, e sim representantes da sociedade frente à classe dominante).

Desde o tempo vital de Marx até o presente, o comunismo tem sido uma proposta que mantém sua vigência. Assim também, o corte ideológico-epistemológico da tese XI mencionada, afirma o marxismo como práxis revolucionária e como filosofia da práxis: não somente reflete acerca da práxis, mas que também nasce da própria prática. O *Manifesto do Partido Comunista* é um documento teórico e prático que explica e fundamenta a práxis revolucionária, traçando fins, estratégias, táticas e críticas às falsas concepções sobre o socialismo e o comunismo. Marx ilustra as contradições entre forças produtivas e relações produtivas que geraram a revolução capitalista; a luta de classes como resposta à violência ou opressão que exerce a classe dominante contra outras e suas frações. Em suma, Sánchez Vázquez encontra no *Manifesto do Partido Comunista* um caso ilustrativo do marxismo como teoria da práxis revolucionária ou mudança radical do mundo. Além disso, põe clara a missão histórica dos agentes da práxis, a retroalimentação entre teoria e prática. Depois da citada tese XI e de outras precisões de Marx, Sánchez Vázquez divide historicamente as filosofias nas que argumentam falsamente sua conciliação com a realidade (por exemplo, Hegel) e as que se vinculam real e conscientemente com as práticas revolucionárias. São um guia teórico, ou parte de um guia para a transformação radical do mundo social, ainda que em si mesmas não alcancem direitamente conseqüências sociais. Sua função é ser a arma teórica para refundar a sociedade até seus fundamentos. Tais filosofias cumprem uma função ideológica.

Não se deve considerar "ideologia" na acepção estreita de falsa consciência, mas sim como uma tomada de posição classista de caráter cognoscitivo. Em "A ideologia da neutralidade ideológica nas ciências sociais", Sánchez Vázquez sustenta que, enquanto

ideologia, as ciências sociais destinam-se ao desenvolvimento, manutenção e reprodução das relações sociais de produção, ou a sua destruição: são terrenos de posturas opostas. No entanto de “que uma ideologia pode ser uma consciência falsa, não toda consciência falsa de por si é ideologia” (Sánchez Vázquez, 2003: 275). O conhecimento não é sinônimo de imparcialidade, mas sim de teorias fundamentadas em razões, comprováveis, que incluem, mas não se reduzem a uma mera consciência classista; o exemplo paradigmático em relação é a explicação marxiana da mais valia.

Os obstáculos da práxis revolucionária. O amo e o escravo

As lutas ou conflitos excludentes não chegam à destruição do contrário, e sim o dominam para que se subestime. A servidão do escravo ou oprimido, afiançada mediante prédicas manipuladoras, consegue que se identifique com o amo; que assimile e faça suas as idéias que mantém sua exploração: é um alienado que estabiliza o poder de domínio (também o domínio utiliza o terror). Porém, a submissão externa nem sempre significa espírito de escravidão.

A burocratização

Por manter seu afã de poder, a burocracia divorcia-se das necessidades que supostamente deve cobrir. Sua atual forma de atuar, herdada de processos anteriores, congela ou mata a criativa vida social: o corpo de funcionários do estado, da cultura, da educação e da saúde degrada a capacidade criativa do ser humano mediante formulismos inúteis, contrários à aventura revolucionária.

As vanguardas, o partido político e a práxis

Em *A sagrada família*, Marx combate Bauer e demais filósofos que reduziram a prática à teoria ou crítica, desconheceram o real papel do sujeito nas mudanças, e ignoraram a atividade real das massas: a autoconsciência em Bauer é uma caricatura sem conteúdo porque a separa dos condicionamentos sociais exteriores (a localiza fora da história). Estando hipoteticamente autocentrada, a perfila como os raciocínios da vanguarda que educam a massas passivas. As categorias opostas que maneja Bauer são: espírito-massa; idéia- interesse e criação-passividade, todas à margem das condições materiais e de sua

mudança; todas ignoram o papel ativo do povo, como elemento gerador da evolução histórica.

Um partido político expressa interesses de classe e deseja a emancipação desta (ou que prolongue seu domínio). Sua declaração de princípios e planos de ação servem para que se afiliem seus membros. Sua sobrevivência e poder dependerá infalivelmente de que os primeiros líderes teóricos escutem os outros, e todos aceitem renovar-se constantemente, permanecendo fiéis aos seus fins últimos libertadores. Uma organização política tem sentido por seus ideais e “pela base” (Sánchez Vázquez, 2003: 378). As direções partidárias devem ser rotativas, e renovar-se elevando seus conteúdos teórico-práticos. Carecem, pois, de uma forma imutável, absoluta, universal para qualquer tempo e situação.

Os imprescindíveis partidos chamados de esquerda têm sido condição necessária, não suficiente, da práxis revolucionária que transforma a sociedade para criar outra. São um instrumento e, como tal, finito e superável. Se não sabem renovar-se atuarão como uma ditadura, que termina por ser quase unipessonal, na qual qualquer dissidência é qualificada como traição à “vanguarda”.

A práxis e a violência

Saint-Simon pensava que mediante o amor e a persuasão se instauraram as revoluções. Porém, a milenar realidade é que nas agrupações sociais cindida em classes, estas disputam entre si até ser mutuamente excluídas. Em política, alguns têm exercido a dominação contra outros. Tal violência ainda persiste (e até se incrementa) quando a situação resulta insuportável e as condições são propícias, estala a contra-violência ou violência revolucionária, que tem sido necessária, ainda que não forçosamente seja um fator decisivo ou a força motora inalterável (sua missão é desaparecer com as condições injustas que a engendraram). Não seria necessária em uma sociedade na qual a liberdade de cada um pressupusesse e respeitasse a de outros, o qual é dizer quando exista uma sociedade livre de classes e demais aberrações opressivas: quando a práxis tenha modificado o mundo até converte-lo em um lar.

Práxis e criatividade

Sánchez Vázquez repete que os resultados da práxis revolucionária são imprevisíveis: seus agentes não têm sob seu poder o porvir, senão a esperança de que chegue o desejável e possível (esta antecipação afeta seus atos no presente). O imprevisível deve-se a que a ação revolucionária enfrenta resistências que tornam os planos individuais: não há uma continuidade entre a gestação subjetiva de projetos e sua realização efetiva, o qual impele a que os atuantes peregrinem do ideal ao real, e vice-versa, dependendo de situações não previstas. A práxis é, pois, criativa em seu curso: sofre mudanças em suas realizações episódicas, e isto engendra a inadequação entre intenções conscientes e resultado.

Como os seres humanos são complexos, não robôs, em suas táticas, a práxis revolucionária tem que ser tão criativa que surpreenda o inimigo. A práxis deixa que o espontâneo manifeste-se. O extremo de pensar até o mínimo detalhe, sem dar cabida à inovação, falha. Também falha a espontaneidade ignorante ou cega. Assim, Dom Quixote, o que apaixona as telas de nosso coração, pôs em andamento sua utopia sem pensar em gente destrutiva que aspira somente dominar. Como tais aspirações destrutivas são tão minúsculas (social e moralmente), quem as tem carece de lugar coletivo no qual chegar e não distinguem meios (seja o dinheiro ou os cargos políticos) de fins. A impotência quixotesca radica em como executa sua utopia: havendo perdido o princípio de realidade, ou invertendo-o, não suspeita da maldade. Ao contrário, as ilusões prospectivas devem analisar criticamente a realidade, não ser náufragos em um mar tempestuoso, mas sim marinheiro que, bússola em mãos, enfoca a proa para um destino.

As utopias falham porque o resultado não se deve a um só indivíduo, mas sim a uma coletividade com a qual originalmente cada um contrai vínculos independentemente de sua vontade. Falham porque a práxis desenvolve potencialidades individuais e coletivas que permaneciam adormecidas, e falham porque os agentes se vêem obrigados a mudar seus fins imediatos. Contudo, não tudo é fracasso: a práxis inovadora “cria também o modo de criar” (Sánchez Vázquez, 2003: 313). Em resumo, existe uma imbricação de planos e ações subjetivas e coletivas que fazem os resultados de um processo imprevisíveis, além de que os sucessos e os produtos têm uma unicidade. É precisamente a complexidade humana o que objeta a determinação, inclusive de pertencimento a uma classe e a sua consciência.

Concluirei dizendo que Sánchez Vázquez aspira derrotar o capitalismo para instaurar outra organização socialista e, mais precisamente, comunista. Sabe que as intenções da esquerda formuladas por sujeitos em condições particulares ou feitas pela história, quiçá degeneram. Do que está seguro é que se as pessoas são feitas pela história, também a fazem: se a humanidade se tivesse se mantido alijada da práxis revolucionária, há tempos teria desaparecido. Portanto, "o bem não está condenado a ser substituído fatalmente pelo mal, nem a justiça pela injustiça, ou a verdade pelo engano ou fraude" (Sánchez Vázquez, 2003: 541). Contra os niilismos atuais assenta que "não se pode viver sem metas, sonhos, ilusões, ideais [...] sem utopias" (2003: 543-544). Não, "não há fim da utopia, como não há fim da história" (2003: 535).

Bibliografia

González, Juliana; Pereyra, Carlos e Vargas Lozano, Gabriel 1986 *Praxis y filosofía. Ensayos en homenaje a Adolfo Sánchez Vázquez* (México: Grijalbo).

Sánchez Vásquez, Adolfo 1980 (1967) *Filosofía de la praxis* (México: Fondo de Cultura Económica).

Sánchez Vásquez, Adolfo 1985 *Ensayos de marxistas sobre historia y política* (México: Ediciones Océano).

Sánchez Vásquez, Adolfo 2003 *A tiempo y a destiempo. Antología de ensayos* (México: Fondo de Cultura Económica).